

ATA017OR24. Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, reuniram-se em caráter ordinário, os membros do Conselho Administrativo do MacaíbaPREV. O encontro ocorreu nas dependências da sede do instituto, com a presença da Senhora Karoline Romana Nogueira Silva Pereira, na condição de Presidente, do Senhor Paulo Herbeth da Silva Medeiros, na condição de Secretário, dos membros titulares Osmar Brito Silva, Flávia Urbano de Andrade, Aurélio Soares de Gois Junior e a membra suplente Lidiane Quirino Timóteo do Nascimento. Nesta ocasião contou-se também com a presença do senhor Sebastião Aésio Marinho Cézar, analista municipal de ciências atuariais, com o objetivo de ouvir as respostas fornecidas pelo servidor acerca dos questionamentos levantados na reunião ordinária deste Conselho, realizada no dia dezessete de maio do corrente ano. Para dar início à sessão, a Presidente do Conselho convidou o Secretário a ler a ata da última reunião. Com a leitura concluída, a Senhora Karoline Romana dirigiu-se aos membros presentes, buscando consenso para a aprovação da ata. Todos os presentes expressaram sua concordância, reconhecendo a precisão e a fidelidade dos registros apresentados, confirmando com a assinatura da ata. Em seguida, prosseguindo para a pauta da reunião, a Presidente do Conselho apresentou o ofício nº 06-2024. Este documento havia sido emitido para solicitar à equipe técnica do MacaíbaPREV esclarecimentos adicionais sobre o Relatório de Gestão Atuarial de 2024. Com o ofício em mãos, a Presidente deu início à leitura dos questionamentos levantados, que eram de fundamental importância para a compreensão e transparência da gestão previdenciária. O primeiro questionamento abordado na reunião foi o seguinte: " No subtópico 2.1.3 do relatório, notamos uma variação negativa no percentual médio dos benefícios dos pensionistas de 2023 em relação a 2022. Entretanto, ao observar o gráfico nº 01 apresentado no subtópico 2.1.5, identificamos um aumento nos números absolutos de pensionistas entre os anos mencionados. Diante desse contexto, gostaríamos de entender melhor o que justifica essa diminuição na média dos benefícios dos pensionistas, mesmo com o aumento no número total de beneficiários nesse grupo? Em resposta ao questionamento, o senhor Aésio explicou que a diminuição na média dos benefícios era consequência da entrada de novos pensionistas que estavam recebendo valores significativamente mais baixos, em média pouco superior a um salário mínimo da época, que era de R\$ 1.320,00. Este influxo de beneficiários com valores menores afetou a média aritmética dos benefícios, resultando em uma redução perceptível. Para ilustrar melhor a situação, foi apresentado um exemplo matemático: Inicialmente, consideravam-se dois pensionistas, um recebendo R\$ 2.000,00 e outro recebendo R\$ 3.000,00, o que resultava em uma média aritmética de R\$ 2.500,00. No entanto, com a adição de um terceiro pensionista, recebendo apenas R\$ 1.320,00, a nova média aritmética caía para R\$ 2.106,67. Além disso, foi destacado que em 2023, a média dos benefícios pagos aos novos ingressantes no plano era de R\$ 1.346,17. Este valor, sendo próximo ao salário

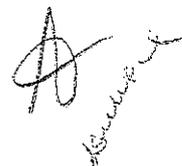


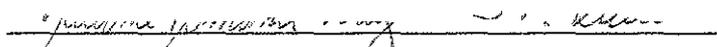
Caroline

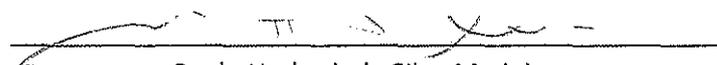
Filipe

mínimo vigente, contribuiu significativamente para a redução da média geral dos benefícios dos pensionistas. O segundo ponto abordado no ofício gerou dois importantes questionamentos. O primeiro questionamento foi: "Na tabela nº 07 do tópico nº 03, que apresenta uma análise comparativa dos valores dos compromissos das últimas três avaliações atuariais, observamos um aumento na reserva matemática dos benefícios concedidos. Gostaríamos de compreender como esse aumento afeta as projeções de longo prazo para a estabilidade financeira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)?" Em resposta ao questionamento, o senhor Aésio esclareceu que seria necessário realizar um estudo atuarial e/ou estatístico específico. Esse estudo deveria envolver tanto as reservas matemáticas dos benefícios concedidos quanto as reservas dos benefícios a conceder para fornecer uma análise detalhada. No entanto, o propósito do relatório atual não foi projetar ou estimar o impacto a longo prazo, mas sim acompanhar a evolução das reservas durante o período e relatar possíveis ajustes, se necessário. Apesar disso, ao comparar essas duas provisões (reservas) no período do triênio 2021 a 2023, foi possível observar que o sistema está em um processo de amadurecimento e solidez. Esse é um sinal positivo para a estabilidade financeira do RPPS, indicando que o sistema está se fortalecendo ao longo do tempo. O segundo questionamento levantado neste ponto foi: "Estamos interessados em saber se há medidas planejadas para assegurar que os benefícios possam ser pagos de forma sustentável diante desse cenário?" Em resposta, foi afirmado que várias medidas estão sendo adotadas para garantir a sustentabilidade dos pagamentos dos benefícios ao longo dos anos. Essas medidas incluem o gerenciamento contínuo das arrecadações e das obrigações, bem como a adaptação às mudanças na legislação previdenciária vigente. Exemplos concretos dessas ações são as Leis Municipais nº 2.364/2023 e nº 2.489/2024, que revisam os aportes periódicos para assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do plano previdenciário. Além disso, são realizadas avaliações atuariais anuais, o recebimento dos valores da Comprev, a revisão de processos internos e a implementação de políticas de investimentos dos recursos, que são aprovadas pelos órgãos colegiados. A emissão periódica e administrativa do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) também faz parte dessas medidas, garantindo a transparência e a solidez do sistema previdenciário. Ao término dos questionamentos, os membros do Conselho Administrativo expressaram sua satisfação com as respostas fornecidas pelo analista municipal. As explicações detalhadas e os exemplos claros apresentados sobre a diminuição na média dos benefícios dos pensionistas e as projeções de longo prazo para a estabilidade financeira do RPPS esclareceram todas as dúvidas e trouxeram um entendimento mais profundo das questões abordadas. Com as respostas devidamente compreendidas e não havendo mais questionamentos adicionais a serem feitos, a Presidente do Conselho agradeceu a presença do servidor Sebastião Aésio Marinho César. Ela destacou sua disposição em prestar os esclarecimentos necessários e o valor de suas contribuições para a

transparência e eficácia da gestão previdenciária. A Presidente também estendeu seus agradecimentos a todos os membros do Conselho pela atenção e empenho demonstrados durante a reunião. Ela ressaltou a importância da participação ativa de cada membro para o sucesso do encontro e a contínua busca por um sistema previdenciário sólido e eficiente. Assim, com todos os pontos da pauta devidamente discutidos e esclarecidos, a reunião foi encerrada. Nada mais havendo a tratar, eu, Paulo Herbeth da Silva Medeiros, na qualidade de Secretário, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos presentes.




Karoline Romana Nogueira Silva Pereira
Presidente do Conselho Administrativo do MacaíbaPREV


Paulo Herbeth da Silva Medeiros
Secretário do Conselho Administrativo do MacaíbaPREV


Osmar Brito Silva
Membro do Conselho do Administrativo do MacaíbaPREV


Flávia Urbano de Andrade
Membro do Conselho do Administrativo do MacaíbaPREV

~~Aurelio Soares de Gois Junior~~
Membro do Conselho do Administrativo do MacaíbaPREV

~~Lidiane Quirino Timóteo do Nascimento~~
Membro suplente do Conselho do Administrativo do MacaíbaPREV


L - 9
Filial:

